

Quem sabe, sabe e o BES é que sabia

Author(s):

[Moisés Ferreira](#) ^[1]

Show Author Info?:

0

1. O BES já teve um *slogan* que era "Quem sabe, sabe e o BES é que sabe" que agora se mostra de uma sinceridade enorme. O BES (e Ricardo Salgado, em concreto) sabia da situação de falência de várias *holdings* do Grupo Espírito Santo - "o BES é que sabe!" ? mas os reguladores nem faziam a mínima ideia do que lá se passava.

As contas do Grupo eram falsificadas, pelo menos desde 2008, mas só eles é que sabiam. Ninguém o tinha conseguido descobrir se não fosse uma zanga de família por causa do controlo da Semapa que levou Pedro Queiroz Pereira a entregar um *dossier* bastante comprometedor ao Banco de Portugal e à CMVM.

A partir daqui destapou-se o véu: uma auditoria à ESI descobriu 1,2 mil milhões de euros de dívida que tinham sido escondidos das contas e que colocavam a *holding* em falência técnica. Na totalidade, no GES haveria um buraco de qualquer coisa 7,7 mil milhões de euros?

A primeira questão a fazer deve ser "Mas que raio de modelo regulatório é este em que um Grupo Económico apresenta anualmente contas falsificadas e esconde buracos que valem mais do que um ano do Serviço Nacional de Saúde e ninguém dá por nada??".

O Banco de Portugal e a CMVM deixaram bem a nu as falhas do modelo regulatório. Ainda ontem, o Presidente da CMVM dava um exemplo dessas falhas:

O Grupo Espírito Santo utilizava a ESFG e o BES para colocar milhares de milhões de euros de dívida nas mãos de clientes a retalho. Na prática, utilizavam o BES para vender papel comercial aos seus clientes. Claro que não informavam os clientes que as *holdings* estavam falidas e colapsariam a qualquer momento nem prestavam qualquer informação sobre a situação dessas *holdings*! Mas esse seria o tipo de informação que deveria dar à CMVM para que esta autorizasse a venda de papel comercial. Havia, no entanto, uma forma de fugir: se o papel comercial fosse vendido em pequenos lotes (digamos, de 40 milhões de euros) e fosse colocado junto de grupos com menos de 150 investidores, não era necessária nenhuma autorização nem prestação de contas à CMVM.

E foi assim que o BES foi vendendo dívida da Rio Forte e da ESI, de pequeno lote em pequeno lote, até chegar a milhares de milhões de euros de dívida colocada nas mãos de clientes a retalho do BES.

2. O modelo regulatório não funciona, como se vê. Baseava-se, em grande medida, nas contas que lhe eram entregues pelo Grupo Espírito Santo e delas atestavam que estava tudo bem. O problema é que as contas eram falsificadas e efetivamente não estava nada bem?

Há, no entanto, um fator político importante. O Governo também atestava da idoneidade do Grupo Espírito Santo e Banco Espírito Santo, utilizando, por exemplo, o BESI para assessorar o Governo nos processos de privatização da REN, da EDP ou da ANA.

Ora, não só o sistema regulatório é inerte no caso de um Grupo falsificar contas, como o Governo mostrava confiar no Grupo, em particular no Grupo do Banco Espírito Santo (onde se integra o BESI).

Claro que esta relação vem de longe. O BES, como se sabe, já colocou vários membros em Governos, caso de um recente Ministro da Economia, Manuel Pinho. Esta era uma forma de controlar, mas também de ludibriar.

3. O modelo regulatório mostrou-se, como se vê, insuficiente. E não apenas a atuação do BdP ou da CMVM. É o próprio modelo de regulação que é incapaz; o modelo regulatório existe para fazer funcionar o capitalismo. Colocar uma trela num leão não o doma, da mesma forma que tentar regular o capitalismo não o torna menos perigoso, mas tenta legitimar a sua fúria exploradora.

O Governador do Banco de Portugal, que defende este modelo, veio defender, de forma a melhorar o sistema, a criminalização da prestação de falsas declarações. É uma proposta frouxa. Frouxa porque, criminalizado ou não esse ato, o problema é que o BdP não conseguiu perceber, no caso do BES, que a informação que estava a ser prestada era falsa. Ou seja, havia um problema que era o da informação falsa prestada pelo BES, mas havia um problema ainda maior que era o Banco de Portugal não ter forma de verificar a veracidade da informação prestada. E a proposta do Governador do Banco de Portugal em nada resolve este segundo problema, que é o principal.

A forma como estes grandes grupos económicos se organizam é feita exatamente para que não se consiga perceber o que se passa dentro deles. A construção de *holdings* em cascata, a dispersão por várias empresas e estruturas acionistas, a constituição de subgrupos dentro das *holdings* do grupo económico, a sediação de *holdings* e empresas em vários países diferentes, a operação em *offshores*? Tudo é feito para criar uma nebulosa.

As contas dos grupos nunca são apresentadas de forma consolidada, as várias empresas ou *holdings* do grupo estão sob supervisão de diferentes reguladores (uns estrangeiros, outros nacionais, uns que atuam sobre a área financeira, outros sobre outras áreas), a que acrescem as operações que passam por *offshores*, onde nada é controlado?

A construção destes Grupos impossibilita qualquer regulação, como se vê. É feita para fugir à fiscalização e à regulação. Mostra que é fundamental intervir, mais do que a nível regulatório, a nível de lei e de imposição de limites às atividades destes grupos.

Por exemplo, os Grupos devem ser obrigados a apresentar contas consolidadas (assim fica

mais difícil esconder dinheiro ou buracos) e deve haver limitação à reprodução de *holdings*, grupos e empresas dentro do mesmo Grupo. Ou seja, estes grupos devem ter, obrigatoriamente, uma estrutura mais simplificada e transparente.

Deve atacar-se fortemente os *offshores* e impedir que grupos e empresas que atuem em Portugal possam ter atividade nesses paraísos fiscais. Já sabemos que quem faz passar a sua atividade por paraísos fiscais ou está a tentar esconder a sua atividade ou a tentar não pagar impostos pelos seus rendimentos, por isso, o Estado não o deve permitir.

Deve ainda separar-se de forma clara as atividades de banca de investimento das atividades de banca comercial, não se permitindo que as mesmas entidades desempenhem os dois papéis.

É necessária uma reforma radical que vá muito para além do modelo regulatório ou do princípio de atestado de idoneidade. São as medidas necessárias porque são as que atacam a raiz do problema.

Sejamos sinceros: depois dos casos BPN, BPP, BCP e agora com o caso BES, não estaremos já em condições de dizer que o sistema, como está, é desenhado exatamente para que estes casos aconteçam? Logo, há que alterar o sistema; não basta regulá-lo.

Sumário da Home:

Sejamos sinceros: depois dos casos BPN, BPP, BCP e agora com o caso BES, não estaremos já em condições de dizer que o sistema, como está, é desenhado exatamente para que estes casos aconteçam? Logo, há que alterar o sistema; não basta regulá-lo.

Lead:

Sejamos sinceros: depois dos casos BPN, BPP, BCP e agora com o caso BES, não estaremos já em condições de dizer que o sistema, como está, é desenhado exatamente para que estes casos aconteçam? Logo, há que alterar o sistema; não basta regulá-lo.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/opinioao/quem-sabe-sabe-e-o-bes-e-que-sabia/33531>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/autor/mois%C3%A9s-ferreira>